

A Construção das Feminilidades nos discursos das Agentes Penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG)

Daniel Attianesi de Lima¹

Resumo

Este artigo tem o objetivo de realizar uma análise das percepções das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) sobre a relação entre as ideias de feminilidade e o trabalho decorrente de suas profissões presente em seus imaginários e narrativas. A partir dessa análise procura-se encontrar no uma proximidade nesses conceitos de forma em que pensamos aqui numa construção da feminilidade por meio do espaço de uma *instituição total* e ambiente marcado pela masculinidade dos detentos. Dessa forma, a proposta deste trabalho é entender o gênero feminino como um processo em construção de uma identidade tanto de si quanto percebida pelos outros. Aqui entendemos que a identidade dos agentes penitenciários surge devido a especificidade de seu trabalho, logo pensamos aqui numa identidade social que se forma a partir de determinada profissão das condições demarcadas por ela. Optamos por destacar o campo do IPCG como foco de pesquisa, pelo se caráter excludente das diversas relações sociais dos sujeitos e pelo papel de ambiente reconhecidamente masculinizado. Para tal intento recorreremos no campo do conceito de feminilidade performativa das ideias de Judith Butler e em seu livro "*Problemas de Gênero*", o conceito de instituição total utilizado na obra "*Manicômios, Prisões e Conventos*" de Erving Goffman e a noção da identidade profissional na obra "*Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*" de Pedro Bodê.

Palavras-chave: Feminilidades; Prisão; Gênero; Agentes Penitenciário.

Abstract

This article aims to perform an analysis of the perceptions of penitentiary agents of the Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) on the relationship between the ideas of femininity and the work resulting from their professions present in their imaginaries and narratives. From this analysis we try to find the proximity in these concepts in a way that we think here in a construction of femininity through the space of a *total institution* and environment marked by the masculinity of the inmates. Thus, the purpose of this work is to understand the female gender as a process in the construction of an identity both of itself and perceived by others. Here we understand that the identity of penitentiary agents arises due to the specificity of their work, so we think here of a social identity that is formed from a certain profession of the conditions demarcated by it. We chose to highlight the field of the IPCG as a research focus, due to the exclusionary nature of the diverse social relations of the subjects and the role of an environment recognized as masculinized. For this purpose we have used the concept of performative femininity in Judith Butler's ideas and in her book "Gender Problems", the concept of total institution used in Erving Goffman's "Manicoms, Prisons and Convents" and the notion of professional identity in the work "Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários" of Pedro Bodê.

Key-Words: Fемinities; Prison; Gender; Penitentiary Agents.

2018

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS e Bolsista da FUNDECT. E-mail: danielattianesi@gmail.com

Introdução

Esse artigo versa sobre a construção da feminilidade a partir do ponto de vista das agentes penitenciárias. Resultando de uma pesquisa com viés etnográfico realizada entre novembro de 2017 e abril de 2018 na cidade de Campo Grande, no Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). Nesse texto o objeto serão as práticas discursivas dos agentes penitenciários do IPCG. Ao privilegiar o discurso dos agentes, problematizo a identidade feminina por meio da concepção dos sujeitos sobre a relação entre o seu trabalho e a “feminilidade”², se apresentam em diferentes formas através das quais os agentes vivenciam suas identidades e a relacionam com seu gênero.

A proposta desse trabalho filia-se à perspectiva teórica dos estudos de gênero, onde pensamos na discussão sobre a construção social da feminilidade e privilegamos os discursos de si, para si e em si, assim como as experiências dos sujeitos. No campo do gênero, essa proposta ganha relevância a partir do deslocamento do foco tradicional de estudos dos gêneros femininos³, o qual pretende uma ampliação no escopo de investigação sobre a temática da área. A proposta desse artigo acompanha a progressiva contraposição a teorias essencialistas, as quais procuram no sujeito biológico as “marcas” que buscam definir seu gênero, através do desenvolvimento de teorias que pensam o gênero enquanto uma construção social performática.

A análise aqui é orientada por dois eixos conceituais que perpassam todo trabalho sendo eles a feminilidade e o ambiente da prisão. Desenvolvo-os à medida que me ajudam a pensar sobre os dados e tecer algumas interpretações acerca da constituição da “feminilidade” e das especificidades do campo que os participantes da pesquisa se encontram imerso em suas relações cotidianas.

Esses dois eixos principais se mostraram potentes depois de conhecer a análise realizada por Marcelo Campos e Marcos Alvarez (2017) dos “estudos no âmbito da punição e as prisões”. Texto que nos ajudou a pensar em que subcampos dos estudos de violência e punição das ciências sociais nosso trabalho se adequava e como ter uma percepção inédita do que vinha sendo trabalhado na área. Busco também dialogar com autor cuja a obra já se

²Aqui se busca pensar a feminilidade não como um atributo natural das mulheres, mas sim como um ato performático de determinada constituição de “mulher” que nossa sociedade possui, aprofundaremos essa questão com os estudos de Butler mais a frente nesse trabalho.

³Os estudos de gêneros brasileiros surgem dos estudos sobre mulheres, por isso grande parte da área de gênero se foca nas questões de “feminilidades”, aqui buscamos deixar claro que gênero não diz respeito apenas as mulheres, mas também aos homens, que se constituem a partir de diversas “masculinidades”.

tornou leitura obrigatória para aqueles que pretendem se debruçar sobre a temática das prisões. É Erving Goffman, em *Manicômios, Prisões e Conventos* (2015 [1961]). Além dessa obra, estaremos utilizando também a referência a essa literatura ajudará na compreensão da instituição penitenciária como um todo.

No segundo eixo, será relevante para a pesquisa o debate realizado por Isadora Lins França e Regina Facchini (2017) sobre o movimento atual no âmbito dos estudos de gênero no Brasil. Elas destacam o aprofundamento das pesquisas sobre gênero a partir da intersecção com diversos marcadores sociais da diferença como uma questão em ascensão dentro da área de estudo como um todo. A partir dessa perspectiva interseccional, consigo pensar na articulação entre os marcadores sociais da diferença (raça, classe, geração e educação) e a categoria de gênero (entre os espectros masculinos e femininos) no meu campo no IPCG.

Para fins deste artigo, o conceito de gênero está sendo utilizado como ferramenta para a análise das práticas sociais relacionadas à constituição das “mulheres” e seus significados para as participantes da pesquisa. Utilizo-me desse conceito a partir de elaborações críticas realizadas no âmbito da antropologia nos anos noventa. Estes trabalhos privilegiam a problematização, a questão da proposição que opõem o masculino e feminino. Uma tal problematização não prevê apenas a consideração desta oposição como construção cultural discursiva, mas também as discussões sobre a forma como elas são constituídas em homologia à outras oposições tais como público/privado, natureza/cultura e paternidade/maternidade.

Tendo isso em mente, utilizarei como base algumas formulações presentes na obra *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade* (2018 [1990]) de Judith Butler. Butler busca “observar o modo como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais”, algo que buscamos pensar nas masculinidades e discursos sobre a mesma em campo. Butler já se tornou clássica nos estudos de gênero a partir da perspectiva demonstrada acima e com o pouco tempo de sua obra que se encontra como uma percepção bastante comum para a terceira onda⁴ do movimento feminista de sua época.

Os dados foram coletados através das técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, que ocorreram em visitas programadas⁵ no IPCG. A observação participante

⁴As ondas feministas são entendidas como as gerações dos projetos feministas, muitas vezes controversas nos níveis teórico e prático. Para aprofundar o debate e sobre desenvolvimento das ondas e suas categorias, ver Adriana Piscitelli (2002).

⁵As visitas foram programas de acordo com a disponibilidade dos agentes específicos que iria entrevistar no dia, assim como os horários e regras explicitadas pelo diretor do presídio para a realização da pesquisa naquele ambiente.

foi realizada no início do campo como forma de conhecer o a rotina dos funcionários e o ambiente da instituição total. Num segundo momento foram realizadas as entrevistas com cinco agentes penitenciários (sendo quatro identificados como mulheres e um como homem) em seus horários de trabalho no turno diurno dentro de suas salas de trabalho diário e feitas de forma individual com gravação consentida dos participantes.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte apresentarei o campo de estudo e o contextualizarei no sentido em que ele produz os sujeitos foco desse artigo. O primeiro momento desse capítulo terá uma análise mais macro e de caráter teórico em que se busca entender o campo que será investigado, assim como entender as questões maiores em voga no sistema penitenciário brasileiro, as particularidades do estado do Mato Grosso do Sul e a uma breve análise da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado (AGEPEN). Em um segundo momento, procuro pensar com as obras de Erving Goffman e Michel Foucault a respeito de suas compreensões sobre a prisão.

Na segunda parte, adentraremos a questão da profissão do agente penitenciário em si e o estigma que a mesma costuma acompanhar. Estaremos utilizando nele a obra *“Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários”* (2005) de Pedro Bodê, que busca trabalhar com a construção da identidade dos agentes penitenciários nos presídios do Paraná. Também estaremos voltando ao Goffman em sua obra *“Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”* (2004[1963]). Dessa forma juntaremos a questão do estigma do trabalho, assim como as especificidades que um campo de trabalho como a prisão tem sobre a formação da identidade desses agentes.

Já na terceira e última parte, estaremos pensando na questão da construção de gênero que vem como o terceiro momento a ser pensando depois da prisão e da profissão estigmatizada. Para isso estaremos analisando a compressão de gênero a partir da Butler já referenciada acima, junto disso estarão as falas de alguns agentes penitenciárias entrevistadas durante o campo sobre a questão de seu gênero dentro desse ambiente específico. Pensaremos as dificuldades, diferenças, expectativas que as mulheres agentes possuem, que decorrem de sua condição generificada num presídio de segurança media masculino.

Tornando a Prisão um Campo: Sistema Penitenciário Brasileiro, Mato Grosso do Sul e a Agepen

O barulho dos portões se fechando atrás de você é a minha primeira lembrança sobre o começo do campo no “instituto”. Ao olhar, para frente ou para trás, me vi rodeado por uma

fileira de grades. Era o primeiro passo ao adentrar o Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). O IPCG é reconhecido⁶ como um espaço carcerário de excelência em Mato Grosso do Sul. Já no nome, podemos notar certo tom higienizante, depois confirmado pela pesquisa de campo. No instituto, raramente ouvi as palavras cadeia, prisão ou presídio para referir-se à instituição. Apesar dessa particularidade, para o recém-chegado não importa essa valoração. Ao chegar ali, me senti, claramente, preso.

Nesse espaço que, diferentemente, da frieza com que Goffman (2015) trata as “instituições totais”, o IPCG não se mostra nada frio e rígido. O universo institucional presente no instituto penal se mostra sempre em mudança com variações quase que diárias de temperamento e ambientação. Os sujeitos se encontram emaranhados em diversas relações de poder, que tencionam práticas e agenciamentos internos. A partir do trabalho etnográfico, com idas semanais ao estabelecimento penal, busquei, por meio da observação participante, com foco nos detalhes do cotidiano dessas vidas que por ali passam, as tessituras que constituem a identidade de gênero que ali estão, bem como seus agenciamentos em torno de diversas formas de construções das masculinidades e feminilidades.

O sistema penitenciário brasileiro é entendido como o conjunto de unidades de regime aberto, fechado e semiaberto, masculinos e femininos, incluindo também os estabelecimentos penais em que o interno ainda não foi condenado, sendo eles chamados de estabelecimentos penais. É nesse sentido que o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) faz o levantamento que resulta no Infopen.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), do Ministério da Justiça, tem a responsabilidade pela formulação da política carcerária. Entre suas funções, buscamos ressaltar a de “propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança” e o de “contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária”, tudo isso de acordo com Lei de Execução Penal Nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

De quatro em quatro anos, o CNPCP elabora o Plano Nacional de Política Criminal, como colocado na segunda de suas atribuições acima. O atual está em vigor desde 2015. Nesse documento, estão diversas medidas que deverão influenciar as políticas dos estados da federação a respeito da situação do sistema penitenciário. Entre as diversas medidas

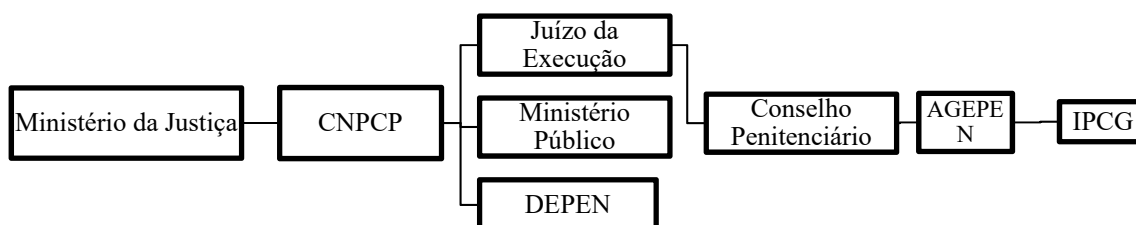
⁶Ideia percebida durante o trabalho de campo tanto com os funcionários da AGEPEN sede, como entre os funcionários da AGEPEN no IPCG e, curiosamente, por parte dos detentos do estabelecimento penal.

progressivas que podemos citar, está a busca por medidas alternativas penais, uma prisão provisória sem abusos, implementação dos direitos das pessoas com transtornos mentais em situação prisional, a redução do encarceramento feminino e o reconhecimento do racismo como elemento estrutural do sistema punitivo.

Abaixo do CNPCP, há três instâncias⁷: o Juízo da Execução, responsável pela execução da pena ao infrator e sua cabível punição; o Ministério Público (Estadual e Federal), que tem o dever de fiscalizar a pena e a medida de segurança, assim como é responsável por cuidar das condições dos internos no estabelecimento penal; por último há o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o órgão executivo do CNPCP, responsável pelo acompanhamento da aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional, assim como administrar os presídios federais pelo país.

Do ponto de vista de uma sequência hierárquica, é preciso destacar as instâncias estaduais. Um órgão importante é o Conselho Penitenciário Estadual, responsável pela emissão de indultos e comutação de penas e a inspeção dos estabelecimentos e serviços penais. É preciso ressaltar que existem especificidades de cada estado. Em Mato Grosso do Sul, há a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), responsável pela administração e organização de todos os presídios do estado. Para a agência é que foi requerido e realizado o processo burocrático para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, nessa estrutura toda, temos a direção do Instituto Penal de Campo Grande, que, como veremos a seguir, possui suas formas específicas de atuação e cumprimento das regras dos demais órgãos. A seguir, segue a quadro I que mostra como a legislação vigente hierarquiza cada órgão até a chegada no IPCG.

Quadro I – Hierarquia Institucional do Sistema Penitenciário Brasileiro até o IPCG



Fonte: Autoria própria

⁷Para mais informações sobre as atribuições de cada um desses órgãos, ver na Lei de Execução Penal em Título III Dos Órgãos da Execução Penal. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/17210.htm>. Acessado em 20/06/2018

No que diz respeito, especificamente, ao estado de Mato Grosso do Sul, segundo os dados do Infopen, são 18.688⁸ pessoas encarceradas. Estes mesmos números contam que 16.614 são homens e 1.465 são mulheres. A partir dessas informações, é possível ter uma noção da disparidade de gênero nas prisões do Mato Grosso do Sul⁹. Para cada uma mulher presa, existem onze homens atrás das grades. E desse total de presos temos 32,4% de internos dentro do sistema penitenciário que ainda não foram condenados pelas instâncias legais.

Atualmente o estado do Mato Grosso do Sul conta com 47 unidades penais, que se encontram em 19 cidades, sendo a cidade de Campo Grande a que mais possui unidades, totalizando 10. Entre elas, estão os estabelecimentos de regime fechado femininos e masculinos, assim como os de regimes mais brandos como o Centro Penal Agroindustrial da Gameleira. Sendo todas essas unidades penais de responsabilidade da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, a Agepen.

A Agepen é uma autarquia que se vincula à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Sua fundação ocorreu no dia 1 de janeiro de 1979, dia em que o estado foi oficialmente criado na federação, sob a primeira denominação de Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso Sul (DSP). Em outubro de 2000 adotaria a atual designação.

Sua missão, de acordo com seu site¹⁰ oficial, é a de administração do sistema penitenciário estadual, assegurando a custódia dos presos provisórios e sentenciados, bem como a execução das penas de prisão, ela tem busca a promoção da ressocialização e reintegração do sentenciado quanto do seu regresso à sociedade.

Agepen divide sua função entre três setores, sendo eles segurança e custódia (que seriam entendidos popularmente como os carcereiros), administração e finanças e assistência e perícia. Durante a pesquisa foram entrevistados funcionários das três áreas, sendo a grande maioria (3 dos 5) da assistência e perícia duas psicólogas e uma assistente social. Cada área possuiria sua função dentro do sistema penitenciário sul-mato-grossense como um todo.

O primeiro setor é o de Administração e Finanças. É uma atividade de nível superior das áreas de direito, administração, economia, ciências contábeis, análise de sistemas e estatísticas. Responsável pelos serviços de administração dos recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, inspeção, supervisão, fiscalização de serviços

⁸Apesar de ser o décimo estado com maior quantidade de população prisional, Mato Grosso do Sul é o estado que possui a maior taxa de aprisionamento por unidade da federação (presos por população) de todo o país, com o número de 696,7 para cada 100 mil habitantes (Infopen, 2016).

⁹Esse índice de Mato Grosso do Sul é menor em relação à disparidade de gênero nacional, em que para cada uma mulher são quinze homens presos (Infopen, 2016).

¹⁰ www.agepen.ms.gov.br. Acessado em: 06 de junho de 2018.

terceirizados contratos, controle e acompanhamento de contratos e convênios, elaboração de parecer, análises, estudos, coletas de informações, orientação, divulgação dentro de sua área de atuação. Esse setor no IPCG é o que está mais distante dos detentos e da prisão em si, sendo suas responsabilidades mais relacionadas com questões administrativas e burocráticas do funcionamento do presídio, tendo contato apenas com os internos de maneira indireta e, às vezes, nas questões jurídicas dos respectivos casos de cada interno.

O segundo setor é o de Assistência e Perícia. Ele é composto de profissionais de ensino superior das áreas de psicologia, serviço social, pedagogia, direito e ciências sócias. São responsáveis pelos serviços afetos à realização de exames gerais e o criminológico, perícias, formulação e acompanhamento de programas de tratamento, elaboração de prognósticos, emissão de pareceres, sempre tendo em vista os limites legais e regimentais da organização penitenciária. Dentro da unidade penal, essa seria o setor que tem o contato mais “íntimo” com os internos, aquele que mais escuta suas demandas e que trabalha diretamente com eles, individualmente ou em grupos pequenos. Para Foucault (2012), nesse setor que se estaria a legitimidade científica do aparelho penal no sentido de uma “recuperação” ou “ressocialização” do interno para a volta do convívio em sociedade, o que seria uma das tarefas fundadoras da prisão.

O terceiro e último setor é a área de Segurança e Custódia. Os requisitos ainda são de ensino superior do funcionário, mas sem nenhuma especificação de algum curso superior em especial. Eles são responsáveis pelo trabalho tradicional da prisão, no sentido de vigilância, segurança e disciplina penitenciárias, devendo atendimento, orientação e acompanhamento dos presos nos diversos regimes de execução penal, tudo de acordo com a legislação, regimentos, ordens e programas de tratamento em vigor. No IPCG, essa área é a que comporta a maior concentração de profissionais do sexo masculino. Eles são os “protetores a cadeia”, os “pais da instituição”. Muitos dos profissionais desse segmento se consideram como os mais “importantes”, o que gera conflito com as outras duas áreas mencionadas acima.

No segundo ponto dessa parte que nossas leituras se fundaram, se dará na questão da especificidade do campo enquanto estabelecimento prisional. Para isso iremos utilizar a obra *“Manicômios, Prisões e Conventos”* de Erving Goffman, focando principalmente no seu conceito de instituição total e na questão dos dirigentes da instituição, devido ao nosso foco de pesquisa a que ser aos agentes penitenciários e não nos detentos em si. Acreditamos ainda que será importante também uma observação do contexto histórico da instituição prisão, nesse sentido estaremos adentrando na obra, já clássica de Michel Foucault, *“Vigiar e Punir”*.

Erving Goffman (2015) será importante para ajudar a compreender o Instituto Penal de Campo Grande como uma *instituição total*. Além disso, ele será importante também na análise das relações entre os detentos do instituto penal e os agentes penitenciários, na classificação de internos e dirigentes, além de possibilitar pensar sobre os efeitos que a prisão costuma produzir nos sujeitos que ali estão.

Dentro dos cinco agrupamentos definidos pelo autor para separar as *instituições totais*, o IPCG se encontraria no terceiro tipo, classificado como “organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias” (Goffman, 2015, p. 17). Nesses locais, todos os aspectos da vida seriam realizados em um só lugar e sob uma única autoridade, representada pelos funcionários da Agepen.

Para Goffman, a base de todas as *instituições totais* seria o caráter de controle de muitas necessidades humanas por meio de uma organização burocrática dos internos e que disso recorreram várias consequências. Teríamos a questão da vigilância, algo que também aparece no trabalho de Foucault, mais a frente, que busca fazer com que todos os internos “façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros” (Goffman, 2015, p. 18). Aqui temos um pequeno¹¹ contingente de funcionários da Agepen que estaria controlando um número muito maior, a chamada massa carcerária. A segunda questão seria a divisão básica, quase que antagônica, entre a posição dos agentes e dos internos. Goffman diz que até mesmo a edificação e seu nome seriam, devido essa divisão, seriam entendidos como algo que pertence à equipe dirigente (2015, p.20).

Já na parte intitulada “Mundo dos dirigentes” o autor nos traz a questão de como o objeto de trabalho dos agentes penitenciários são as próprias pessoas dentro da *instituição total*. Com isso Goffman irá nos dizer que esses internos podem acabar “adquirindo características de objetos inanimados” fazendo com que

[...] os maus tratos em objetos animados ou inanimados podem deixar marcas visíveis para os supervisores. Em assim como um artigo que está sendo fabricado numa indústria precisa ser acompanhado por uma papeleta que mostre o que foi feito por cada um, e quem teve a responsabilidade final por ele, também um objeto humano [...] (2015, p. 70)

¹¹De acordo com o Infopen, há uma defasagem agentes penitenciários (apenas considerando os de Segurança e Custódia, segundo a separação da Agepen) no estado de Mato Grosso do Sul, apresentando uma proporção de 1 agente para 18,6 internos. Número alarmante, segundo resolução de 2009 do CNPCP, que indica que a proporção deveria ser de “1 para cada 5 pessoas presas como padrão razoável para a garantia da segurança física e patrimonial nas unidades prisionais, a partir de parâmetro oferecido pela Estatística Penal Anual do Conselho da Europa, data-base 2006” (Infopen, 2016).

Nesse sentido os funcionários da Agepen possuem parte da responsabilidade sobre as vidas dos internos que serão o foco de seu trabalho dentro da prisão, com isso a instituição troca a liberdade do interno pela garantia de uma segurança tutelada pelo estado, algo que nem sempre é possível ser realizado pela condição das prisões na realidade brasileira. Uma segunda questão que Goffman nos traz nessa parte do texto diz respeito ao fato de os membros da equipe dirigente, diferentemente dos internados, possuem um certo “status e relações” no mundo externo a prisão que deve ser considerado em sua função dentro do estabelecimento.

Dessa forma os funcionários são constantemente lembrados de sua posição, que como veremos na segunda parte acaba sendo estigmatizada pela sociedade como um todo, de suas obrigações e os direitos das pessoas que estão sobre sua “vigia”. Esse certo tipo de cobrança se dar não apenas pelos “seus superiores hierárquicos, mas também por várias agências [Como demonstrada na tabela I acima] da sociedade mais ampla e, muitas vezes pelos parentes do internado” (GOFFMAN, 2015, p. 72). Isso se mostrou algum muito percebido principalmente para os agentes penitenciários que eram do setor da assistência e perícia, que eram as assistentes sociais e psicólogas do IPCG. Com essa posição, elas possuem um contato direto com os familiares dos internos que fazem/controlam o diálogo entre o interno e os familiares fora dos dias de visita marcados, estão sempre sendo chamada atenção dos parentes para “cuidarem ou ficarem de olho em determinados internos”.

Esse tipo de situação entra no que o autor entenderia como um “constante conflito entre padrões humanitários, de um lado, e eficiência da instituição, de outro” (GOFFMAN, 2015, p. 73). Dentro disso Goffman nos reforça de forma a ressaltar que em algumas situações específicas os agentes penitenciários podem ser “obrigados a ‘maltratar’ tais pacientes, e criam, de si mesmas, uma imagem de pessoas duras e autoritárias” (2015, p. 76) como uma forma de controlar a situação dentro da instituição e nesses momentos que “o controle emocional seja extremamente difícil para as pessoas da equipe dirigente” (2015, p. 76).

Agora no que diz respeito às ideias de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2012), é perceptível uma diferença na abordagem em relação a Goffman. Esses olhares distintos no que tange à prisão, foram positivos para entender melhor o IPCG. Enquanto Goffman, faz uma análise geral de diversas instituições totais em seu tempo, Foucault utiliza do processo

genealógico¹², que busca a partir de uma história de formação das prisões analisar as relações entre o poder-saber que estão por trás da constituição desses espaços.

Os dois autores se aproximam na compreensão da categorização da prisão como instituição completa em si. Para Foucault, a “forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais” (2012, p. 217). Nesse sentido, a própria prisão existiria antes mesmo de sua formalização nos códigos penais enquanto uma modalidade de punição adequada, então “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão (2012, p. 217). Ainda assim, o autor reconhece que a prisão no conjunto de punições possíveis, marcaria um momento central na história da justiça penal no ocidente como um todo. O que marcaria a prisão nesse sentido seria seu duplo fundamento que consiste do aparato “jurídico-econômico” por um lado e “técnico-disciplinar” por outro. Para o autor, esse primeiro aparato seria jurídico e constituído por meio do processo legal de punição. Ele buscaria punir os indivíduos. A prisão, em si, seria o aparato técnico-disciplinar dos corpos dos internos.

Para Foucault, a prisão é um “aparelho disciplinar exaustivo”. Ela deve “tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições”. O autor percebe o exercício do poder disciplinar¹³, especialmente a partir da ação dos dirigentes no que diz respeito à repressão e ao castigo dos internos. O primeiro ponto para Foucault seria o de que a prisão busca o “isolamento do condenado em relação ao mundo exterior, a tudo o que motivou a infração, às cumplicidades que a facilitaram (2012, p. 222)”. Quando o autor fala que a pena deveria ser individualizante, logo lembro do trabalho de campo, pois isso é parte do processo de admissão do interno ao IPCG e também parte do trabalho dos profissionais de psicologia do Instituto Penal.

O segundo ponto para o autor seria a questão do trabalho prisional. Nesse sentido, deve-se “fazer nascer neles o desejo de trabalhar, diferenciando o destino dos que se ocupam e dos detentos que querem permanecer ociosos. Os primeiros serão mais nutridos, mais bem acomodados que os segundos” (Real, G.A,1816 apud Foucault, 2012, p.226). Isso também foi

¹²Como forma de analisar as relações entre saber-poder, Foucault, utiliza esse método a partir da noção de dispositivo, que ele conceituou como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (1979, p.244). Portanto, a categoria dispositivo é um operador metodológico que auxilia na análise das práticas discursivas, de poder de subjetivação.

¹³Apesar de ser um poder total sempre existe resistência por partes dos internos, tanto que Foucault afirma que “onde há poder há resistência, e, no entanto, essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (2017, p.10). Goffman, a seu turno, diz que “as instituições totais não deixarão de enfrentar resistências” (2015, p. 22).

observado no campo, na medida em que os internos que trabalham no IPCG ficam em solários diferentes dos outros. No terceiro ponto, Foucault nos mostra que a prisão

[...] excede a simples privação de liberdade de uma maneira importante. Ela tende a se tornar um instrumento de modulação da pena: um aparelho que, através da execução da sentença de que está encarregado, teria o direito de retomar, pelo menos em parte, seu princípio. [...]. Assim para duração do castigo: ela permite quantificar exatamente as penas, graduá-las segundo as circunstâncias, e dar ao castigo legal a forma mais ou menos explícita de um salário (Foucault, 2012, p. 230-231).

Nesse sentido, apesar de o autor notar que essa medida não se encontrava presente nas prisões do séc. XIX ou XX, apesar da tentativa de alguns responsáveis pela administração penitenciária da época (2012, p. 230), ela já parece estar presente no século XXI. No próprio IPCG existem formas em que o detento conseguiria diminuir sua própria pena dependendo de seu comportamento na instituição, por exemplo, a cada 12 horas na escola, um interno “recupera” 1 dia de sua pena. No trabalho ocorre o mesmo: a cada três dias trabalhados, ocorre a redução de um dia da pena. Até mesmo com a leitura de livros pode resultar em redução da pena para o interno: cada livro lido resulta na remissão de quatro dias. Essa é uma forma de individualizar a pena de cada interno ainda mais, “não é a partir do indivíduo-infrator, sujeito jurídico de seu ato, autor responsável do delito, mas a partir do indivíduo punido, objeto de uma matéria controlada de transformação” (Foucault, 2012, p. 231). Dessa forma, se compreende que a gravidade do ato do interno não teria nada a ver com a sua chance ou não de “recuperação”.

Pensando os Agentes como Estigmatizados

Nesta segunda parte do trabalho, mais breve que as demais e nela estaremos focando nas identidades dos agentes penitenciários, em decorrência de sua atividade profissional nos estabelecimentos penais. Assim como buscamos ver de que forma essa mesma identidade pode ser pensada como uma identidade estigmatizada dentro de nossa sociedade atual, logo nessa parte pensamos numa discussão mais teórica que nos ajudará a pensar melhor junto com nossos interlocutores no decorrer da pesquisa.

Precisamos iniciar demarcando que a identidade dos agentes penitenciários surge devido a especificidade de seu trabalho, logo pensamos aqui numa identidade social que se forma a partir de determinada profissão das condições demarcadas por ela. Em nossa sociedade o trabalho possui grande importância como Moraes (2005, p. 199, apud Castel,

1998, p. 578) “[...] o trabalho ‘continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominantes’”, com isso se tem a formação de uma identidade pessoal dos interlocutores a partir de sua profissão e lugar que ocupa na instituição prisional, ela

[...] permite aos sujeitos falarem ou sentirem ‘mudanças e ‘permanências’, ou então, falarem e sentirem ‘estações’ e ‘idades’ [...] [que] enfatiza valores que instauram e fazem perseverar e que também, eventualmente, fazem desistir, conformar-se, rebelar-se ou mudar. Sempre, porém [...] por mais complexo e contraditório que seja, fornece significação e, portanto, ‘universo’ aos sujeitos” (Moraes, 2005, p. 215 apud Duarte, 1986, p.11).

Para começarmos a compreender essa identidade do agente precisamos voltar um pouco na ideia apresentada na seção anterior desse trabalho, a ideia de *instituição total*. Assim como os internos que lá estão presos, os agentes também acabam por conviver dentro dessa instituição de maneira parecida, mas deixando claro que para os menos a instituição não se aparecia tão “total” quanto os para os internos que lá vivem. A primeira separação identitária que se o agente costuma fazer é exatamente em relação aos sujeitos que estão ali, logo os agentes penitenciários precisam se diferenciar dos presos que ali estão. Nesse sentido os agentes começam a ser ver como os “trabalhadores” enquanto os presos seriam vistos enquanto “vagabundos” ou “marginais”, que estão querendo “ganhar a vida de maneira fácil”, essa é uma distinção clássica¹⁴ nas camadas populares dentro da cultura brasileira.

Apesar dessa separação cabal por parte dos agentes penitenciários, os mesmos têm que passar por algo muito parecido que os internos novos passam ao adentrarem na *instituição total*. Estamos falando aqui da pressão inicial que o próprio ambiente da prisão traz nas relações sociais dos indivíduos no campo, nela os agentes “precisam também [como os presos] muito rapidamente entender a dinâmica da prisão, principalmente apreender, para fins de manutenção da ordem” (MORAES, 2005, p. 221). A partir dessa questão Moraes (2005, p. 222), também nos mostrará sobre o processo de *familiarização* pelo qual os agentes penitenciários vivem, ondem em função de sua profissão devem a todo momento permanecerem atentos e em alerta no ambiente em que estão. Como podemos notar na transcrição abaixo tirado de um relato de um dos agentes no campo do IPCG

Agente: Aqui é um lugar que você se acostuma, e acha que é um lugar normal, pensa que está na igreja trabalhando. Mas você está num lugar que pode

¹⁴ Aqui indicamos a obra de Alba Zaluar, que nos mostra como a “separação entre trabalhadores e bandidos fazem parte do processo social de construção da identidade de trabalhador” (1994, p. 51)

acontecer qualquer coisa. Então você está normal, a gente sai, vai almoçar. Mais qualquer som, parece que o ouvido é treinado. Um som que você ouviu que não é normal a gente já sai. Sempre em alerta, então hoje alguém estava assoviando mais forte lá em baixo, estava eu e mais os dois diretores conversando, quando ouvimos o assovio, os três pararam e ficaram em prontidão para descer. Então você pode estar fazendo o que tiver, eu estou conversando com você, mas eu estou ouvindo tudo que está acontecendo. E um apito é a pior coisa que tem para gente. (Retirado do diário de campo. 20/11/2017, grifo próprio).

Nesse sentido tanto em nosso campo, quanto Moraes, percebemos quanto “paradoxal e dramático caso em que se familiarizar indica um tipo de rotina que significa pôr-se permanentemente alerta e em guarda” (2005, p. 226), a prisão é onde um silêncio e uma quietude podem ser ironicamente sinais de algo não está certo com a massa carcerária. Tão tipo de atribuição dos agentes penitenciários, não viriam sem a alteração da vida desses sujeitos sobre essa constante pressão dentro da escolha profissional que fizeram.

Esse tipo de questão costuma a começar a afetar a vida desses profissionais fora da prisão, tornando a vida extracárcere mais difícil e estressante. No campo ao perguntáramos sobre como a cadeia afeta as suas relações fora dela, muitos dos agentes falam a respeito de seu comportamento com os filhos ou as esposas e maridos, no sentido de haver uma preocupação por parte desses familiares sobre as questões da segurança do agente em si, e por parte do agente um cuidado para não começar a tratar a família ou a vida em casa como se estivesse na prisão lidando com os internos, de forma mais agressiva ou sempre em alerta com o ambiente em que estão. Nisso podemos entender a respeito da relação entre o trabalho e a família que

[...] a trama complexa dessa interface, numa visão preliminar, deixa entrever uma via de mão dupla: de um lado, há o **fluxo em que a subjetividade desloca experiências familiares para o mundo do trabalho; de outro a corrente que transporta para a vida familiar determinações emanadas do trabalho.** Mas **os dois fluxos se entrecruzam muitas vezes**, ao mesmo tempo em que dão lugar a dinâmicas pelas quais se realimentam reciprocamente” (Moraes, 2005, p. 232 apud Seligmann-Silva, 1994, p.197. Grifos próprios).

Dessa forma com as relações extramuros que entramos na questão do *estigma* trazido pela profissão de agente penitenciário. Aqui adentraremos mais uma vez na obra de Goffman chamada “*Estigma: Notas sobre manipulação da identidade deteriorada*”, livro em que o autor irá conceitualizar a questão do estigmatizado em nossa sociedade. Para esse autor o *estigma* consistiria de um “atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos [...] ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (1988, p. 6), nesse sentido Goffman nos mostra que a questão do

estigma não é um atributo essencial em si, mas que está dentro das relações dos sujeitos específicos, não havendo um *estigma* tão generalista dessa forma.

Na ideia do autor esse *estigma* seria dividido em três tipos específicos, o primeiro dele seria o das “abominações do corpo” que se referem as deformidades físicas no geral, como amputações, paralisias, cegueira e outros atributos nesse sentido. No segundo tipo, que será o que pensaremos nossos agentes penitenciários, é o das “culpas de caráter individual” nesse sentido o sujeito é percebido com uma certa posição desonesta na sociedade de um ambiente que seria considerado “sujo” e de pessoas “erradas”, a prisão seria um lugar desses. O terceiro tipo, que o autor separa, é o dos *estigmas* “tribais de raça, nação e religião”, esses normalmente estariam inseridos em determinadas família e passariam pela linhagem entendida como de sangue em si.

A partir da percepção desse *estigma* pelos sujeitos em sua volta, os indivíduos realizariam vários tipos de “discriminações [...] Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original” (GOFFMAN, 1988, p. 8), com isso o agente penitenciário quando percebido em quanto tão seria tratado de forma diferente ou até mesmo como se o indivíduo que fosse agente surpreendesse por essa profissão específica, vista como degradante ou de menos estima social. No relato abaixo de um agente penitenciário, podemos perceber isso

*Agente: Aí o médico falou 'Você é agente penitenciário?!' Eu falei 'Eu sou', ele 'Nossaaa, sai disso' eu peguei fiquei olhando para ele e falei 'Não é engano do senhor, eu gosto de ser agente penitenciário', Ai ele ficou olhando para mim e falei 'O senhor não é médico? Então é uma profissão né', aí acho que ele viu e tentou consertar, 'Ah não achei que você fosse advogada', como achou que eu fosse advogada com uma camisa da cadeia. Porque **rola um preconceito também com o agente penitenciário**. [...]. Existe uma criminalização, meio que **o agente é discriminado junto com o preso**. A gente carrega um pouco do artigo do preso. É que nós somos a extensão do preso. (Retirado do diário de campo. 20/11/2017, grifo próprio).*

Na fala do agente penitenciário acima, podemos perceber algo como o *estigma* dos presos, acaba por “passar” para os que trabalham com eles, como se houvesse uma certa desconfiança nessa linha de trabalho. Durante o campo foi me relatado de forma que despertou meu interesse, quando disseram “ Aqui é como se fossemos lixeiros da sociedade estamos trabalhando com o pior que ela tem” (Agente penitenciário), e parece importante ressaltar que assim como muitas vezes os lixeiros em nossa sociedade são pensados enquanto pessoas “sujas” e *estigmatizadas*, o mesmo aconteceria com os agentes penitenciários.

O Gênero das Agentes femininas

Pensaremos aqui num conceito de identidade feminina no sentido de Hall (2000) na medida em que se busca não essencializar as identidades, devendo se pensar nelas, nunca como singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicas de si. A partir dessa noção de identidade estaremos adentro também nos estudos de Butler (2016) sobre a questão da performatividade do gênero onde busca demonstrar que

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de que o **corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico** separado dos vários atos que constituem sua realidade. (Butler, 2016. p.235, grifo próprio).

Nesse sentido acreditamos aqui nesse trabalho que os corpos das agentes penitenciárias se “marcará” por diversos atos, gestos e atuações que dessa forma demonstram para os demais sujeitos do IPCG o “corpo gênero”, no sentido de Butler, que seria atribuído a determinadas agentes. Aqui busca-se então “Expor os atos contingentes que criam aparência de uma necessidade natural” (BUTLER, 2018, p. 69) na construção dos gêneros, que busca de certa forma legitimá-los perante a sociedade.

Para isso estaremos utilizando as entrevistas com duas agentes penitenciárias do IPCG, uma que trabalham no setor de assistência e perícia e uma do setor de administração e finanças da Agepen. A partir das narrativas e experiências dessas duas agentes mulheres iremos observar de que maneira se dá a construção da feminilidade dentro da *instituição total* que é o IPCG. Durante a entrevista com as duas agentes a questão de ser mulher num ambiente considerado masculino, como é o IPCG e o presídio em si, sempre apareciam como um ponto demarcado.

Começando pela a assistente social, Maria¹⁵, uma mulher¹⁶ que se encontra na casa dos 40 anos e gosta de ser vista como uma “mulher forte” que não tolera muitas brincadeiras por

¹⁵A questão dos nomes dos funcionários da Agepen entrevistados, foi pensada de forma que se afaste qualquer possibilidade de identificação dos sujeitos de pesquisa. Com isso, optei por selecionar nomes a partir da plataforma “Nomes no Brasil” do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo isso em vista, todos os nomes foram trocados nesse artigo, até mesmo os apresentados durante as conversações, de maneira a garantir o sigilo dos interlocutores.

¹⁶Seguindo as ideias de França e Facchini (2017) a respeito das interseccionalidades, acredito aqui ser importante a demarcação dos interlocutores principais. Dessa forma, sempre que os citar pela primeira vez, estarei descrevendo suas características a partir de quatro marcadores: gênero (todas identificados como cis); cor, etnia ou origem; cargo ocupado; e faixa etária.

ser mulher. Possui a pele parda e um corpo malhado, gosta muito de praticar corridas de longa distância, e acredita que “uma mulher pode ser tão forte quanto um homem”, atualmente cuida da parte de educação dos internos, é solteira e se considera por toda a família (filho, irmão e mãe). Falando a respeito da diferença na violência entre os internos homens e mulheres

Se tiver é bemm, resolve lá por dentro. É porque o homem é diferente de mulher né? A mulher faz aquele escândalo, o homem resolve mais em silêncio. Então as vezes acontece situação de briga lá que a gente nem fica sabendo. Eles resolvem entre eles lá quietinhos. Para não chamar a segurança. (Retirado de Entrevista. 08/11/2017 Tempo 01:40:08.20, grifo próprio).

Nessa fala de Maria, observamos muito de que Butler busca criticar em seu livro. No primeiro recorte no momento que a informante nos diz pergunta de maneira afirmativa “É porque o homem é diferente de mulher né? ”, aqui a agente pensa o gênero como uma característica essencial e assimétrica que busca diferenciar os “homens” das “mulheres” de maneira tão clara, que para o sujeito não é algo questionável por ser como as coisas se dão em sua realidade. Nesse sentido existe uma coerência lógica para identidade de gênero que como Butler nos mostrará, na verdade “não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas o contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (BUTLER, 2018, p. 43), nessas normas de inteligibilidade que temos a compreensão de uma “obviedade” das diferenças de gênero.

Outra questão que Butler traz diz respeito sobre a questão dos “*gêneros inteligíveis*” que para a autora é a única forma que uma identidade de gênero poderia ser compreendida em nossa cultura. Com isso ela irá pensar numa matriz de inteligibilidade, essa matriz seria composta de três termos, primeiro teríamos o sexo, entendido como o órgão sexual (pênis ou vagina, macho e fêmea) que o sujeito possuiria “naturalmente”, no segundo teríamos a questão do gênero (masculinidade e feminilidade) sendo eles culturalmente construídos e por fim teríamos o desejo pelo o outro (Heterossexual, Homossexual ou Bissexual). A partir disso temos que para a autora existiriam dois “*gêneros inteligíveis*” que seriam os hegemônicos em nossa sociedade sendo eles o Macho/Homem/ Hétero e a Fêmea/Mulher/Hétero. Para uma maior compreensão dessa matriz vamos observar um recorte da entrevista com a Maria a respeito dos relacionamentos homossexuais dentro do estabelecimento penal

Pesquisador: Mas no caso eles namoram e se consideram homossexuais? Ou não se consideram homossexuais?

Maria: Não. Tem alguns que não se consideram. Não assumem. Mas a gente sabe, oh o menino da cozinha namora a Jaqueline. A Jaqueline ela é uma,

mulher toda, se veste. Ela que fazia minha limpeza. Tiraram ela. Uma mulher, se não diz que é.

Pesquisador: Aí no caso ele, ele é homem né? Ele não seria gay, por causa disso né?

Maria: Ééé, isso que não entendo muito bem. Esse mundo, porque assim, falam que se o cara também é, a partir do momento que ele se relaciona, eu não entendo. Eu não sei. Mas é, na maioria das vezes é uma coisa só do momento, temporário né? É igual no feminino, que acontece né? a mulher se envolver, é a carência, aquela situação. Elas têm um envolvimento ali, até como fato de uma coisa para proteger né? Mas quando sai, volta com marido, volta com homem. A vida normal. É uma coisa de momento. (Retirado de Entrevista. 08/11/2017 Tempo 0:13:19.26, grifo próprio).

Dois assuntos que foram trabalhadas por Butler estão presentes no recorte dessa entrevista, na primeira temos o caso de Jaqueline, uma transgêneros que atualmente se encontra detida dentro do IPCG. Iremos dar uma olhada nesse caso mais à frente. O ponto que iremos trazer aqui diz respeito como a matriz se dá no dia-a-dia do presídio em si, nesse ponto temos a primeira fala da interlocutora onde diz “*Não. Tem alguns que não se consideram. Não assumem*”, ao ser perguntada sobre o que os homens que namoram as transgêneros se considerariam na questão do desejo. Para Maria, não importa que Jaqueline seja uma mulher “completa” que não conseguiríamos dizer que “não é”, mas ainda assim buscando se enquadrar na matriz de Butler, ela parece pensar na possibilidade de ser um desejo heterossexual tradicional entre um homem e uma trans apesar de aceitar que a mesma possui a *passibilidade*¹⁷ de mulher, pensamos aqui que a marcação do órgão sexual parece ser nesse caso onde se estaria a “verdade” do sexo de qual Butler falaria. Na segunda fala, observamos exatamente o que a Butler quer dizer pela inteligibilidade da matriz, na medida em que Maria não consegue entender muito bem que classificação social o sujeito que estamos falando possuiria, ela entra em um questionamento do que é esperado socialmente por meio da fala onde diz “*porque assim, falam que se o cara também é, a partir do momento que ele se relaciona*” essa quebra de expectativa causa um estranhamento e a não compreensão do fenômeno por parte da agente, logo no final de sua fala ela parece buscar uma “solução” para o “problema” apresentando, justificando por meio da questão da “carência” do sujeito em uma situação dentro de uma *instituição total*, essa seria a forma que Maria encontraria de tornar o gênero e a posição daqueles sujeitos inteligíveis.

Indo agora para as experiências de Patrícia, mulher jovem, na casa dos 30 anos, de pele parda, que sendo da carreira de administração e finanças, naquela altura trabalhava com o

¹⁷Esse é um conceito êmico do trabalho de campo de Tiago Duque presente em sua tese “Gêneros incríveis”. Esse conceito diz respeito ao “reconhecimento/passibilidade, isto é a inteligibilidade social dos corpos sexuados” (Duque, 2017, p.26)

diretor do IPCG, na condição de sua assistente. Patrícia se mostra combativa as ideias hegemônicas a construção da feminilidade esperada dela, durante toda a entrevista nunca quis colocar a mulher em seu lugar tradicional de “fragilidade”, nesse sentido dois momentos em que demonstrara, seguem abaixo

Pesquisador: Você diria que tipo a instituição do presídio é meio masculinizada, porque é um lugar assim de homens? Porque a própria instituição no caso, que é uma instituição, com a própria estrutura do presídio, as paredes e cores.

*Patrícia: Sim, sim. **Eu nunca imaginei que o presídio fosse um lugar só para homem**, eu sempre vim para cá com muita confiança, sabendo que **uma mulher faz a mesma coisa que um homem faz**. Em tudo, eu acho que **a única diferença entre homem e mulher é o órgão sexual, entendeu?** Diferença fisicamente, ainda sim cada um é o que quer ser né. **Mas eu acho que não existe diferença nenhuma**. Uma mulher pode ser chefe de plantão, um homem pode ser um administrador, por algumas coisas da carreira, não pode, por exemplo, se uma equipe tem 10 pessoas, e uma mulher, naturalmente que os homens vão ficar nos pavilhões e a mulher na portaria. Mas numa necessidade, ela vai ficar no pavilhão, e ela vai fazer igualzinho. Se ela tiver que entrar numa saída geral, ela vai dar. **Mas na minha cabeça nunca teve essa divisão**.*

Pesquisador: Mas você acha assim, da forma que você foi lidando, você teve que se masculinizar um pouco? Tipo mostrar que não é diferente deles? Mas mostrar que você entende dos assuntos deles, sabe dirigir carro, sabe falar de futebol, essas coisas.

*Patrícia: Sim, éé, nãoo. Me masculinizar em que sentido assim? Ser mais dura? (Pesquisador: Ser mais dura, mais rígida?) éé, eu sempre fui firme, com eles. Mas tudo com muita educação e tudo um jeito, e qualquer coisa, **qualquer fala viesse que eu sentia um recorte de gênero ali, eu sentia isso. Eu fazia de conta que não estava entendendo ele, e perguntava de novo o que ele queria dizer com aquilo [...]** (Retirado de Entrevista. 20/11/2017 Tempo 0:15:04.23, grifo próprio).*

Nesse recorte da entrevista de Patrícia de que forma ela busca negar uma posição tradicional para o seu gênero identificado. Na medida em que diz que “*a única diferença entre homem e mulher é o órgão sexual, entendeu?*” Ela busca separar o gênero da construção do corpo biológico a partir das diferenciações sexuais, o que levando a sua conclusão final poderia levar a uma própria crítica similar à de Butler ao binarismo. Com isso a concepção parece se aproximar de Butler na medida em que a mesma busca dizer que

“[...] *mulher* é um termo em processo um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo **está aberto a intervenções e ressignificações**” (Butler, 2016. p.235, grifo próprio).

Dessa forma Patrícia se mostra contestar as posições as posições e classificações do que seria a categoria “mulher” e em qual sentido a mesma estaria limitada, buscando assim

uma ressignificação da categoria de gênero, apesar dos limites que ainda possui na compreensão tradicional de que o sexo “construiria” o gênero. Como última questão que iremos trazer gostaríamos de voltar a história de Jacqueline, a transgênero que apareceu acima durante a entrevista de Maria. Que apesar de não termos entrevistando ela propriamente, mas algumas questões que Maria trouxe lembram algo que Butler no final do primeiro capítulo busca trazer, como uma forma de fazer política nas questões de gênero. Nesse trecho a seguir Maria está comentando sobre os “homossexuais” e acaba por inserir Jacqueline na história, durante ela fica curiosa com o nome de nascimento de Jacque (apelido pelo qual ela gosta de ser chamado) e acaba comentando sobre ela,

*Maria: A maioria dos delitos dos homossexuais, pelo menos daqui que eu tenho contato. A Jacque foi mataram um PM, mas porque tinha outras coisas no meio, ela falou que se não matassem iam matar ela, já tavam armando para poder pegar porque ela era um traficante conhecida no meio. Então assim, ela teve que matar. (Pesquisador: Mas ela é travestir alguma coisa assim?) Ela se veste mulher. E se prostituía também. [...]. **Vamos ver a Jacque que está com foto de mulher mesmo. Eu chamo de Jacque. Não tem como chamar diferente.** (PROCURANDO A JACQUE NOS DADOS). Oh é Jefferson Gonçalves.. (SAIU PARA PERGUNTAR O NOME MASCULINO DA DETENTA PARA UM QUE TRABALHA). Vê para mim lá com o menino do jurídico, com a menina ali da CT, como é o nome da Jacque. Eu tenho ela aqui na minha pasta, porque ela vai fazer curso. (Pesquisador: Algum dos detentos que trabalham aqui, ficam no bloco dos homossexuais?) Uhhh, não. Eles tão no pavilhão 2, **a Jacque fica com os homens, ela é homossexual e fica com os homens.** (Pesquisador: Ela tem namorado?) Tem, ela tem um namorado. Ah aqui ela aqui (MOSTRANDO QUE ACHOU O NOME) Alessandro. **Aqui ela (MOSTRANDO NO MONITOR), haha, tava loira, Meu deus. Agora ela tá morena. Ela se veste, pinta, tem um corpo bonito, precisa ver como ela fica ali no solário. Fica de buchezinho, um shortinho e lavando roupas, ai ela fica dançando. Eu fico vendo daqui da sala da Patrícia. Vou te mostrar. Já teve briga por causa dela. Porque ela é a Mulher, e o corpão, falo puta merda, olha eu. Melhor que a gente aqui.** (Retirado de Entrevista. 08/11/2017 Tempo 1:56:43.04, grifo próprio).*

Aqui observamos a maneira confusa com que a transgênero se aparece no discurso de Maria, sempre sendo confundida com homossexual homem em alguns momentos e outros sendo comparada com “Mulher com um corpão”, e que parece até estar deixando a própria interlocutora insegura com suas qualidades “femininas”. Nesse momento vemos claramente que Jacqueline seria uma das contestadoras das “ficções reguladoras do sexo e do gênero” hegemônicas o que, com esse movimento demonstra “a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca” (BUTLER, 2018, p. 68).

Conclusões finais

Ao longo desse artigo, observamos três momentos em busca de se compreender melhor a realidade generificada e estigmatizada das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande. Iniciamos o trabalho pensando sobre as estruturas e a atual situação do sistema penitenciário brasileiro e sua realidade no estado do Mato Grosso do Sul, também realizamos uma breve análise teórica de Goffman e Foucault a respeito do que os mesmos conceituam sobre a ideia de “prisão”. Em um segundo momento, destacamos o caráter da identidade social do trabalho de um agente penitenciário assim como a sua posição, pouco pensada enquanto uma profissão estigmatizada. Já no momento final, buscamos nos realizar uma breve análise a partir das falas de duas agentes penitenciárias do IPCG a partir de uma leitura em consonância com as ideias de Judith Butler.

Esse artigo pretende ser um, entre outros, elementos disparadores que busca instigar outros pesquisadores e pensadores contemporâneos da área de ciências sociais e das demais áreas da humanidade a problematizar o campo da prisão como um todo, e trazer novas questões como a perspectiva de gênero para dentro dessa área de difícil acesso, mas ainda assim de grande importância para o debate da segurança pública em voga no Brasil. O pesquisador que vos fala busca isso também por meio de sua dissertação no mestrado de antropologia social na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, onde se está produzindo a dissertação com foco nas *masculinidades criminosas*, tentando assim compreender melhor a construção do gênero dentro dos internos desse mesmo presídio, o IPCG. Sobressai, ainda, esse tipo de pesquisa dentro de um estado onde pouco se olha dentro da produção científica hegemônica produzida nas áreas de ciências humanas no país. Espero que esse tipo de produção busca despertar o interesse para as demais regiões, como a norte e nordeste, a serem mais inseridas dentro do fazer acadêmico em nossa área.

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Marcelo da Silveira, ALVAREZ, Marco César. *Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000-2016)*. In: MICELI, Sergio, MARTINS, Carlos Benedito. *Sociologia Brasileira Hoje*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.p.143-217.

DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 40. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FRANÇA, Isadora Lins, FACCHINI, Regina. *Estudos de Gênero no Brasil: 20 Anos Depois*. In: MICELI, Sergio, MARTINS, Carlos Benedito. *Sociologia Brasileira Hoje*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017. p.283-259.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 eds. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz (Org.). *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

MORAES, P. R. *Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

PISCITELLI, Adriana. *Recriando a (categoria) mulher?* In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.